



MENSAGEM Nº 74 de 12 de DEZEMBRO de 2019



Excelentíssimo Senhor Vereador Presidente,

Tenho a honra de dirigir-me a Vossa Excelência para, nos termos do Art. 83, inciso I, da Lei Orgânica do Município de Fortaleza, submeter à apreciação dessa Augusta Casa Legislativa, em REGIME DE URGÊNCIA, o presente Projeto de Lei Complementar, em anexo, que "ALTERA A LEI COMPLEMENTAR Nº 0190, DE 22 DE DEZEMBRO DE 2014, QUE DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO DA AGÊNCIA DE FISCALIZAÇÃO DE FORTALEZA (AGEFIS) E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

Como é do conhecimento de todos, a implantação da AGEFIS foi uma medida inovadora no sentido de integrar todo o processo de fiscalização o que acarretaria nos primeiros anos um processo de aprendizado que poderia resultar na necessidade de ajustes na estrutura organizacional inicialmente definida.

Após pouco mais de quatro anos da instituição da AGEFIS a necessidade dos ajustes foi evidenciada, sempre no sentido de promover maior eficiência e efetividade das ações desta Agência.

Por outro lado, a demanda de fiscalização tem aumentado significativamente, com um substancial crescimento de nos últimos 12 meses, como resultado da maior percepção social das irregularidades e da recente ampliação dos canais de denúncias, somando-se ao Tele atendimento da AGEFIS: a Central 156, o Aplicativo Fiscalize Mobile e o Website. A média de denúncias saltou de 9.180 (1º trimestre de 2018) para 12.240 (1º trimestre de 2019). Houve também um acréscimo significativo nas Operações Especiais efetuadas pela Agência.

Assim, o presente projeto dispõe sobre a adequação da estrutura da Agência de Fiscalização de Fortaleza, e redimensionando o quantitativo de cargos comissionados visando viabilizar o acolhimento das demandas de fiscalização

Dentre as alterações, está sendo criada uma Gerência de Geoinformação e Análise de Demanda e acrescenta um representante da Coordenadoria Especial de Articulação das Secretarias Regionais ao Conselho Superior, o que melhorará a interlocução das ações estratégicas entre a AGEFIS e as Regionais.

**Excelentíssimo Senhor
Presidente da Câmara Municipal de Fortaleza
Vereador Antônio Henrique**

CÂMARA MUNICIPAL DE FORTALEZA	
PROTÓCOLO	Nº <u>2231</u>
DATA:	<u>12 / 12 / 19</u>
HORA:	<u>17:40</u>
<u>Katia</u> Funcionário	

Com o propósito de acelerar os julgamentos pela Câmara Recursal, está sendo criado um suplente para cada membro titular, haverá a redução do mandato de 3 (três) anos para 2 (dois) anos e será instituída cláusula de desempenho para declarar a perda do mandato em caso negligência de seus deveres. O valor do Jeton será ajustado para valor mais próximo daqueles praticados em órgãos semelhantes (contencioso tributário).

Na busca de viabilização do custeio da Agência como recursos de sua atuação, e considerando que o aumento do volume de fiscalizações requer o aporte de mais recursos para o custeio, o Projeto reduz de 60% (sessenta por cento) para 40% (quarenta por cento) o repasse obrigatório do produto da arrecadação das multas para os respectivos Fundos Municipais, conservando a necessária autonomia financeira da Autarquia.

Foi introduzida ainda, a possibilidade do parcelamento das multas e, como importante inovação, a possibilidade do infrator optar pela comutação da penalidade de multa em prestação de serviço voluntário vinculado ao Programa de Voluntariado da Prefeitura de Fortaleza.

Por fim, concede à Procuradoria Geral do Município de Fortaleza (PGM) a atribuição de inscrever os créditos não tributários da AGEFIS na Dívida Ativa, a fim de utilizar sua capacidade e expertise na cobrança extrajudicial e judicial.

As alterações apresentadas gerarão um impacto financeiro que pode ser visto nos quadros I e II no anexo desta mensagem. No entanto, há de se observar que com esse conjunto de alterações a Prefeitura vai ao encontro da consolidação do processo de fiscalização integrada e da promoção da eficiência e viabilidade do funcionamento da AGEFIS.

Diante do exposto, submeto o presente Projeto de Lei à análise dessa Egrégia Casa Parlamentar, dirigida por Vossa Excelência, cujo espírito público é repetido por todos os seus Dignos Pares, na certeza de que os elevados interesses da sociedade fortalezense prevalecerão e se materializarão na aprovação do que ora se propõe.



Roberto Cláudio Rodrigues Bezerra
PREFEITO MUNICIPAL DE FORTALEZA



ANEXO DA MENSAGEM Nº DE DE DE 2019
QUADRO I- IMPACTO FINANCEIRO COM ACRÉSCIMO DE CARGO COMISSONADO


RESUMO DOS CARGOS (PROVENTOS + VCC + ENCARGOS)							
Símbolo	Valor Unitário	Atual		Proposta		Repercussão financeira	
		Quant.	Valor (A)	Quant.	Valor (B)	Mensal (B-A) (C)	Anual (Cx12)
S-1	21.419,45	1	21.419,45	1	21.419,45	0,00	0,00
S-2	16.401,03	1	16.401,03	1	16.401,03	0,00	0,00
DG-1	12.389,16	1	12.389,16	1	12.389,16	0,00	0,00
DNS-1	5.484,02	6	32.904,12	7	38.388,14	5.484,02	65.808,24
DNS-1 (*)	4.706,72	3	14.120,16	3	14.120,16	0,00	0,00
DNS-2	4.797,80	3	14.393,40	5	23.989,00	9.595,60	115.147,20
DNS-2 (*)	4.020,46	15	60.306,90	16	64.327,36	4.020,46	48.245,52
DNS-3	4.375,58	7	30.629,06	15	65.633,70	35.004,64	420.055,68
DNS-3 (*)	3.598,24	14	50.375,36	14	50.375,36	0,00	0,00
DAS-1	3.427,75	-	0,00	7	23.994,25	23.994,25	287.931,00
DAS-1 (*)	2.674,69	-	0,00	4	10.698,76	10.698,76	128.385,12
DAS-2	2.814,03	-	0,00	3	8.442,09	8.442,09	101.305,08
DAS-2 (*)	2.060,97	-	0,00	6	12.365,82	12.365,82	148.389,84
DNI-1	1.226,46	-	0,00	12	14.717,52	14.717,52	176.610,24
TOTAL		51	252.938,64	95	377.261,80	124.323,16	1.491.877,92

(*) Ocupados por Fiscais (valor sem VCC)

QUADRO II- IMPACTO FINANCEIRO COM ALTERAÇÃO DO JETON

Especificação	Atual (I)	Proposto (II)
Quantidade de Membros (A)	11	13
Quantidade Mensal de Reuniões Ordinárias (B)	4	5
Valor Unitário por Reunião (C)	145,30	455,83
Custo Mensal (D=A*B*C)	6.393,20	29.628,95
Impacto Financeiro Mensal (II-I)	23.235,75	
Impacto Financeiro Anual	278.829,00	

RESUMO DO IMPACTO FINANCEIRO	MENSAL	R\$ 147.558,91
	ANUAL	R\$ 1.770.706,92



Ailton Douglas de Andrade Lucas
Coordenador Jurídico



De acordo.



Philippe Theophilo Nottingham
SECRETÁRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO



PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº _____, DE _____ DE _____ 2019.

0 0 4 1 / 2 0 1 9

ALTERA A LEI COMPLEMENTAR Nº 0190, DE 22 DE DEZEMBRO DE 2014, QUE DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO DA AGÊNCIA DE FISCALIZAÇÃO DE FORTALEZA (AGEFIS) E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE FORTALEZA. Faço saber que a Câmara Municipal decreta e eu sanciono a seguinte Lei Complementar.

Art. 1º O Art. 3º da Lei Complementar nº 0190, de 22 de dezembro de 2014, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 3º - Para os efeitos desta Lei, consideram-se objetos da fiscalização urbana municipal:

[...]

VIII - resíduos sólidos;” (NR)

Art. 2º O Art. 5º da Lei Complementar nº 0190, de 22 de dezembro de 2014, passa a vigorar com a seguinte redação, acrescido do item 6 do inciso III, do item 8.5 do inciso IV e do inciso IX do § 1º, reordenados os incisos e itens subsequentes:

“Art. 5º A estrutura organizacional da AGEFIS é a seguinte:

I - DIREÇÃO COLEGIADA

Conselho Superior

II - DIREÇÃO SUPERIOR

1. Superintendência
2. Superintendência Adjunta

III - ÓRGÃOS DE ASSESSORAMENTO

3. Corregedoria
4. Procuradoria Jurídica
5. Ouvidoria
6. Assessoria de Planejamento e Desenvolvimento Institucional
7. Assessoria de Comunicação

IV - ÓRGÃOS DE EXECUÇÃO PROGRAMÁTICA

8. Diretoria de Planejamento, Normatização e Capacitação
 - 8.1. Gerência de Elaboração de Planos de Fiscalização
 - 8.2. Gerência de Normatização e Padronização
 - 8.3. Gerência de Monitoramento e Avaliação
 - 8.4. Gerência de Capacitação
 - 8.5. Gerência de Geoinformação e Análise de Demanda
9. Diretoria de Operações





- 9.1. Gerência Regional de Fiscalização Integrada I
- 9.2. Gerência Regional de Fiscalização Integrada II
- 9.3. Gerência Regional de Fiscalização Integrada III
- 9.4. Gerência Regional de Fiscalização Integrada IV
- 9.5. Gerência Regional de Fiscalização Integrada V
- 9.6. Gerência Regional de Fiscalização Integrada VI
- 9.7. Gerência Regional de Fiscalização Integrada VII
- 9.8. Gerência de Plantões e Atividades Especiais
10. Diretoria de Apoio Logístico
 - 10.1. Gerência de Tecnologia da Informação
 - 10.2. Gerência de Intervenções Urbanas

V - ÓRGÃOS DE EXECUÇÃO INSTRUMENTAL

11. Diretoria Administrativo-Financeira
 - 11.1. Gerência Administrativa
 - 11.2. Gerência Financeira
 - 11.3. Gerência de Gestão de Pessoas

§ 1º O Conselho Superior terá a seguinte composição:

- I - 01 (um) representante do Gabinete do Prefeito, que o presidirá e terá voto de qualidade;
- II - 01 (um) representante do Instituto de Planejamento de Fortaleza;
- III - 01 (um) representante da Procuradoria Geral do Município;
- IV - 01 (um) representante da Secretaria Municipal do Urbanismo e Meio Ambiente;
- V - 01 (um) representante da Secretaria Municipal da Conservação e Serviços Públicos;
- VI - 01 (um) representante da Secretaria Municipal da Saúde;
- VII - 01 (um) representante do Departamento Municipal de Proteção e Defesa dos Direitos do Consumidor;
- VIII - 01 (um) representante da Secretaria Municipal da Cultura de Fortaleza;
- IX - 01 (um) representante da Coordenadoria Especial de Articulação das Secretarias Regionais;
- X - o Superintendente da AGEFIS.

§ 2º O Regimento Interno da AGEFIS será aprovado por Decreto do Chefe do Poder Executivo, no prazo de 180 dias a contar da data de publicação desta Lei Complementar e sem prejuízo do nela disposto, estabelecerá as competências das unidades de que trata este artigo.” (NR)

Art. 3º O Art. 7º da Lei Complementar nº 0190, de 22 de dezembro de 2014, passa a vigorar com a seguinte redação, acrescido dos parágrafos 4º, 5º e 6º, renumerados os demais parágrafos:

“Art. 7º [...]

§1º As Câmaras Temáticas a que se refere o inciso I deste artigo serão organizadas de acordo com os objetos de fiscalização definidos no art. 1º desta Lei, e serão compostas por fiscais municipais designados por ato do Superintendente da Agência de Fiscalização de Fortaleza, podendo o mesmo julgador ser designado para atuar em mais de uma Câmara Temática.

[...]



§ 3º Os membros da Câmara Recursal definidos nos incisos II e III do § 2º deste artigo terão mandato de 2 (dois) anos e serão designados por ato do Chefe do Poder Executivo, permitida uma única recondução.

§ 4º Serão designados 11 (onze) suplentes para substituir os representantes titulares da Câmara Recursal definidos nos incisos II e III do § 2º deste artigo, nos casos de falta ou impedimento, mantida a composição paritária.

§ 5º A reiterada ausência de membro titular às sessões da Câmara Recursal e o atraso na apresentação dos votos nos recursos que lhes forem distribuídos são causas de perda do mandato, conforme estabelecido no regulamento da Junta de Análise e Julgamento de Processos.

§ 6º O Procurador Jurídico da AGEFIS integrará a Câmara Recursal, com direito a voz mas sem direito a voto.

§ 7º O Presidente da Junta de Análise e Julgamento de Processos presidirá a Câmara Recursal e terá voto de qualidade.

§ 8º A Câmara Recursal reunir-se-á, ordinariamente, até 05 (cinco) vezes por mês, em dia e horário previamente fixados por ato do seu Presidente, podendo ser convocadas até 05 (cinco) reuniões extraordinárias mensais, se assim o exigir a necessidade ou a conveniência do órgão.

§ 9º Os integrantes da Câmara Recursal, inclusive o Procurador Jurídico da AGEFIS, farão jus à vantagem remuneratória (JETON) por sessão assistida, no valor equivalente ao cargo em comissão de simbologia DNI-3.

§ 10. A organização, competências, atribuições e as demais regras de funcionamento da Junta de Análise e Julgamento de Processos, serão definidas em Regimento Interno." (NR)

Art. 4º O parágrafo único do Art. 9º da Lei Complementar nº 0190, de 22 de dezembro de 2014, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 9º [...] Parágrafo único. Serão destinados aos respectivos Fundos Municipais 40% (quarenta por cento) dos valores arrecadados a título de multas aplicadas, em razão das infrações, pela Agência de Fiscalização de Fortaleza." (NR)

Art. 5º O Art. 10 da Lei Complementar nº 0190, de 22 de dezembro de 2014, passa a vigorar com a seguinte redação, acrescido dos parágrafos 1º, 2º, 3º e 4º:

"Art. 10. O valor da penalidade de multa aplicada em razão das infrações constatadas fica sujeito à incidência de multa de mora e de juros de mora, conforme estabelecido no Código Tributário Municipal, e poderá ser pago em parcelas mensais nas condições estabelecidas pela AGEFIS.

§1º O parcelamento poderá abranger:

- I – as multas ainda não lançadas, confessadas pelo infrator;
- II – as multas lançadas e ainda não inscritas na Dívida Ativa;

§2º A quantidade máxima de parcelas e o valor mínimo de cada parcela serão definidos por portaria da AGEFIS.

§3º O parcelamento será concedido mediante pedido do infrator, no qual ele confessará formalmente o débito.

§4º A concessão de parcelamento não gera direito adquirido e será revogada de ofício, sempre que se verifique que o sujeito passivo não cumpriu o acordado." (NR)





Art. 6º A Seção II do Capítulo V da Lei Complementar nº 0190, de 22 de dezembro de 2014 passa a vigorar acrescido dos artigos 10-A, 10-B, 10-C e, com a seguinte redação:

“Art. 10-A. A penalidade de multa aplicável a infrator pessoa física ou microempreendedor individual poderá ser comutada, total ou parcialmente, em prestação de serviços comunitários vinculados ao programa de voluntariado da Prefeitura Municipal de Fortaleza, conforme limites e condições a serem regulamentadas por Decreto.”

“Art. 10-B. Os créditos da AGEFIS, apurados administrativamente e não recolhidos no prazo estipulado, serão remetidos para a Procuradoria Geral do Município (PGM), que realizará sua inscrição na Dívida Ativa do Município e a cobrança judicial e extrajudicial, nos termos da Lei Complementar 006, de 29 de maio de 1992, e Lei Complementar nº 171, de 27 de novembro de 2014.”

“Art. 10-C. Os valores apurados mediante a cobrança administrativa ou judicial pela PGM serão creditados em favor da AGEFIS e dos respectivos Fundos Municipais, conforme indicado no Art. 4º desta Lei, ressalvados os honorários advocatícios.”

Art. 7º O Anexo Único da Lei Complementar nº 0190, de 22 de dezembro de 2014, passa a vigorar na forma dos Anexos I e II desta Lei Complementar.

Art. 8º O organograma representativo da estrutura organizacional da AGEFIS é o constante do Anexo III desta Lei Complementar.

Art. 9º Ficam criados 44 (quarenta e quatro) cargos de provimento em comissão, sendo 1 (um) cargo de Direção de Nível Superior 1, símbolo DNS-1, 3 (três) cargos de Direção de Nível Superior 2, símbolo DNS-2, 8 (oito) cargos de Direção de Nível Superior 3, símbolo DNS-3, 11 (onze) cargos de Direção e Assessoramento Superior 1, símbolo DAS-1, 9 (nove) cargos de Direção e Assessoramento Superior 2, símbolo DAS-2 e 12 (doze) cargos de Direção de Nível Intermediário 1, símbolo DNI-1.

Art. 10. Esta Lei Complementar entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 11. Ficam revogadas as disposições em contrário.

PAÇO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE FORTALEZA, em de de 2019.

Roberto Cláudio Rodrigues Bezerra
PREFEITO MUNICIPAL DE FORTALEZA





CARGO	SÍMBOLO	QUANT.
Superintendente	S-1	1
Superintendente Adjunto	S-2	1
Direção Geral	DG-1	1
Direção de Nível Superior 1	DNS-1	10
Direção de Nível Superior 2	DNS-2	21
Direção de Nível Superior 3	DNS-3	29
Direção de Assessoramento Superior 1	DAS-1	11
Direção de Assessoramento Superior 2	DAS-2	9
Direção de Nível Intermediário 1	DNI-1	12
TOTAL		95





ANEXO II A QUE SE REFERE O ARTIGO 7º DA LEI COMPLEMENTAR Nº

/2019

ESTRUTURA	CARGO	SÍMBOLO	QUANT.
1. SUPERINTENDÊNCIA	Superintendente	S-1	1
2. SUPERINTENDÊNCIA ADJUNTA	Superintendente Adjunto	S-2	1
3. CORREGEDORIA	Corregedor	DG-1	1
	Assessor Técnico	DNS-2	1
4. PROCURADORIA JURÍDICA	Procurador Jurídico	DNS-1	1
	Assessor Técnico	DNS-2	1
	Suporte de Atividades Técnicas	DNI-1	1
5. OUVIDORIA	Ouvidor	DNS-1	1
	Assessor Técnico	DNS-3	1
6. ASSESSORIA DE PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL	Assessor Especial II	DNS-1	2
	Assistente Técnico-administrativo I	DNS-3	1
7. ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO	Assessor de Comunicação	DNS-1	1
8. DIRETORIA DE PLANEJAMENTO, NORMATIZAÇÃO E CAPACITAÇÃO	Diretor	DNS-1	1
8.1. Gerência de Elaboração de Planos de Fiscalização	Gerente	DNS-2	1
	Assistente Técnico-administrativo III	DAS-2	5
8.2. Gerência de Normatização e Padronização	Gerente	DNS-2	1
	Assistente Técnico-administrativo III	DAS-2	1
8.3. Gerência de Monitoramento e Avaliação	Gerente	DNS-2	1
	Assistente Técnico-administrativo III	DAS-2	1
8.4. Gerência de Capacitação	Gerente	DNS-2	1
	Assistente Técnico-administrativo III	DAS-2	1
8.5. Gerência de Geoinformação e Análise de Demanda	Gerente	DNS-2	1
	Assistente Técnico-administrativo III	DAS-2	1





ESTRUTURA	CARGO	SÍMBOLO	QUANT.
9. DIRETORIA DE OPERAÇÕES	Diretor	DNS-1	1
9.1. Gerência Regional de Fiscalização Integrada I	Gerente	DNS-2	1
	Assistente Regional de Fiscalização Integrada	DNS-3	2
	Assistente Técnico de Fiscalização Integrada	DAS-1	1
9.2. Gerência Regional de Fiscalização Integrada II	Gerente	DNS-2	1
	Assistente Regional de Fiscalização Integrada	DNS-3	2
	Assistente Técnico de Fiscalização Integrada	DAS-1	1
9.3. Gerência Regional de Fiscalização Integrada III	Gerente	DNS-2	1
	Assistente Regional de Fiscalização Integrada	DNS-3	2
	Assistente Técnico de Fiscalização Integrada	DAS-1	1
9.4. Gerência Regional de Fiscalização Integrada IV	Gerente	DNS-2	1
	Assistente Regional de Fiscalização Integrada	DNS-3	2
	Assistente Técnico de Fiscalização Integrada	DAS-1	1
9.5. Gerência Regional de Fiscalização Integrada V	Gerente	DNS-2	1
	Assistente Regional de Fiscalização Integrada	DNS-3	2
	Assistente Técnico de Fiscalização Integrada	DAS-1	1
9.6. Gerência Regional de Fiscalização Integrada VI	Gerente	DNS-2	1
	Assistente Regional de Fiscalização Integrada	DNS-3	2
	Assistente Técnico de Fiscalização Integrada	DAS-1	1
9.7. Gerência Regional de Fiscalização Integrada VII	Gerente	DNS-2	1
	Assistente Regional de Fiscalização Integrada	DNS-3	2
	Assistente Técnico de Fiscalização Integrada	DAS-1	1





ESTRUTURA	CARGO	SÍMBOLO	QUANT.
9.8. Gerência de Plantões e Atividades Especiais	Gerente	DNS-2	1
	Articulador	DNS-3	5
	Assistente de Plantões e Atividades Especiais	DNS-3	6
	Assistente de Fiscalização Noturna	DNI-1	5
10. DIRETORIA DE APOIO LOGÍSTICO	Diretor	DNS-1	1
10.1. Gerência de Tecnologia da Informação	Gerente	DNS-2	1
10.2. Gerência de Intervenções Urbanas	Gerente	DNS-2	1
	Assistente de Apoio as Gerefis	DNS-3	1
	Assistente de Logística	DNS-3	1
	Assistente Analista de Rotas	DNI-1	3
11. DIRETORIA ADMINISTRATIVO-FINANCEIRA	Diretor	DNS-1	1
	Articulador Administrativo das Gerências Regionais	DNS-2	1
11.1. Gerência Administrativa	Gerente	DNS-2	1
	Assistente Administrativo	DNI-1	1
11.2. Gerência Financeira	Gerente	DNS-2	1
	Assistente Financeiro	DNI-1	1
11.3. Gerência de Gestão de Pessoas	Gerente	DNS-2	1
	Assistente de Gestão de Pessoas	DNI-1	1
12. JUNTA DE ANÁLISE E JULGAMENTO DE PROCESSOS	Presidente	DNS-1	1
	Assistente das Câmaras Julgadoras	DAS-1	4
TOTAL			95



ANEXO III A QUE SE REFERE O ARTIGO 8º DA LEI COMPLEMENTAR Nº

/2019

